

## O TRABALHO INFANTIL E A CONDIÇÃO DA MULHER/MÃE

Maria Adriana da Silva Torres<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo aborda a trajetória de uma investigação que analisa o trabalho infantil pelo enfoque da teoria crítica marxiana, a qual condensa os fundamentos históricos da categoria trabalho para compreender a complexidade desse fenômeno, especificamente no Brasil. Mais particularmente, discutem-se as questões relacionadas trabalho e gênero, para abordar o trabalho infantil, tentando demonstrar que essa prática se expressa no ideário de uma sociedade complexa. A análise destaca a condição da mulher/mãe nessa sociedade, com vistas ao estudo do trabalho precoce em suas múltiplas dimensões.

**Palavras-chave:** Trabalho. Gênero. Trabalho Infantil.

### ABSTRACT

The article addresses the trajectory of an investigation which analyses childhood labor through the focus of the Marxian Criticism theory, one which condenses historical fundamentals from the work category to understand the complexity of this phenomenon, specifically in Brazil. More particularly, work and gender related questions are discussed to approach childhood labor, attempting to demonstrate that this practice expresses itself in the ideas of a complex society. The analysis highlights the condition of women/mothers in this society, aiming at the study of early labor in its multiple dimensions.

**Keywords:** Labor. Gender. Childhood Labor.

---

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). [mariaadrianatorres@hotmail.com](mailto:mariaadrianatorres@hotmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil apresenta-se como uma das questões relacionadas à infância mais discutidas nas últimas décadas. A linha de continuidade do trabalho infantil na sociedade contemporânea pode, assim, ser resgatada desde a origem da relação capital-trabalho e da determinação da condição de existência da classe trabalhadora pela Revolução Industrial. Passa, em seguida, no espaço de tempo de três séculos, do capitalismo industrial aos anos dourados do capitalismo, até os dias atuais, em condições ainda mais desastrosas, com a fase do capital em crise estrutural e os deslocamentos exigidos, com a perda dos direitos e o agravamento das formas de exploração do homem pelo trabalho.

Contudo, o estudo dessa temática implica remeter a análise a tempos longínquos de nossa história, para entender o trabalho infantil como *questão social*, expresso pela degradação da vida da classe trabalhadora desde tenra infância. Tal prática é definida como uma atividade economicamente ativa, ocasional ou regular, constitutiva de trabalho perigoso pela sua natureza e resultante em efeitos adversos no que tange à segurança, à saúde física ou mental e ao desenvolvimento moral das crianças e adolescentes. Assim, o trabalho infantil torna-se uma questão nodal nas ciências sociais devido à sua causalidade estar diretamente relacionada ao *pauperismo* – vivenciado pelas famílias trabalhadoras desde tempos passados da nossa formação social.

Portanto, enquanto se opera no plano gnosiológico a desconstrução ontológica do trabalho, paralelamente, crianças e adolescentes, sobretudo os que vivem em regiões denominadas de Terceiro Mundo, como Ásia, Oriente, África e América Latina, sofrem as mudanças no mundo do trabalho, em especial pela forma flexibilizada de acumulação capitalista, que gera uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, de forma que o trabalho infantil se converte em uma das mais acentuadas questões da contemporaneidade. Desse modo, o trabalho infantil complexificou-se e heterogeneizou-se. Em vista disso, a condição da mulher/mãe nestes tempos de uma nova *morfologia do trabalho* mostrou-se significativa no processo de análise da produção e reprodução das relações sociais, no tocante ao trabalho infantil.

Para analisar essa temática, este texto se inicia tratando sobre os fundamentos teórico-metodológicos que nortearam o estudo, enfatizando as questões de trabalho e gênero, como elementos determinantes à compreensão do trabalho infantil. Em seguida, traça um breve histórico do trabalho infantil pelo estudo da sociologia do trabalho, pontuando os elementos endógenos e balizadores de tal prática. Após a caracterização

mais propriamente teórico-metodológica, procura-se refletir sobre os dados internacionais e nacionais que revelam as altas taxas de incidência de trabalho infantil e a condição da mulher/mãe na contemporaneidade. Intenta-se, finalmente, enfatizar que a erradicação do trabalho infantil faz-se dependente de diversos fatores – um deles é a igualdade substantiva entre as pessoas.

## 2 A TRILHA DO ESTUDO

O objeto de investigação decorre dos estudos realizados em tese de doutoramento, que analisou o trabalho infantil na área lagunar de Maceió/AL<sup>2</sup>, quando surgiu a necessidade de focar trabalho e gênero, especificamente a condição da mulher/mãe no mundo do trabalho, como algo metabolicamente inseparável das causas do trabalho infantil na sociedade capitalista.

Em nossos estudos, o trabalho desde o mundo antigo vem sendo compreendido como representação de felicidade e degradação; formação e alienação humana. No pensamento moderno, o trabalho, nos termos de Marx e, posteriormente, de Lukács, assume papel preponderante na esfera do conhecimento, a ele cabendo o processo de transmissão do patrimônio histórico objetivado pela humanidade com vistas à sua reprodução social. Como tal, representa o metabolismo social entre o homem e a natureza.

No que tange às relações entre o ser e o formar-se ser social pelo trabalho, há heterogêneas formas de relações de trabalho em consonância com os diferentes modos de produção e organização da vida social. Tem-se um processo de atividade vital ao ser humano e, também, uma atividade que se metamorfoseia em atividade imposta, extrínseca e exterior ao homem. Essa dimensão dúplice e contraditória do trabalho o mantém como questão nodal na vida humana, ganhando novas particularidades a partir do século XVIII.

Nas obras *O capital*, de Marx (1980); *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Engels (1977); *A formação da classe operária inglesa*, de Thompson (2002), tem-se o estudo da sociedade do trabalho: as condições das classes trabalhadoras, especificamente da família operária e seus problemas sociais decorrentes da Revolução Industrial, um deles, o trabalho infantil. Nesse liame, a inserção da mulher no mundo da fábrica também se fez presente.

---

<sup>2</sup> Tese intitulada "Moral geracional e universal: sentidos do trabalho e dos direitos para os pequenos catadores de mariscos", defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em agosto de 1999.

O vivo processo de inserção da mulher/mãe no âmbito do trabalho fabril expressa as complexas relações de produção e reprodução social, das quais o trabalho infantil faz parte. Assim, cabe enfatizar o pressuposto de que as questões de gênero<sup>3</sup> contribuem para a análise das causas do trabalho precoce, visto que as mulheres possuem uma função mediadora na reprodução do sistema de valores e estão em condição de desigualdade substantiva no mundo do trabalho em relação aos homens<sup>4</sup>.

Logo, este estudo enfatiza o trabalho infantil enquanto manifestação da totalidade histórico-social pela investigação das relações sociais de trabalho e gênero. Nesse sentido torna-se importante compreender o processo em que surge e se desenvolve tal prática, que, ao longo dos séculos, internaliza a degradação da infância pela naturalização do trabalho como uma forma de controle social profundamente iníquo.

### 3 O TRABALHO INFANTIL E A CONDIÇÃO DA MULHER/MÃE

Tais formas de exploração do trabalho infantil implicam o fenômeno do *pauperismo* de amplas camadas da população, tal como se expressa na sociedade burguesa e se manifesta desde o processo de industrialização, cujo berço é a Inglaterra, no século XVIII, momento em que se observa uma transformação nas relações sociais de produção, repercutindo fortemente na família operária (MARX, 1980).

A pauperização do trabalhador faz com que milhares de crianças participem do processo de trabalho usando a força de trabalho assalariada para assegurar a reprodução social da família. Todavia, “esse fenômeno que se originou com o pauperismo constitui uma das expressões primeiras daquilo que se convencionou denominar ‘questão social’” (PIMENTEL, 2007, p. 170).

Portanto, o *pauperismo* altera-se e se apresenta sob novas formas quando da existência das crises cíclicas do capital, que agravaram o fenômeno das massas populacionais, mais ainda quando se verifica na contemporaneidade um aumento

<sup>3</sup> Joan Scott (1995) diz: “[...] o gênero é a organização da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

<sup>4</sup> A historicidade do trabalho mostra que a família é um fenômeno social, e que é nela onde acontece a divisão social do trabalho, geradora da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres. Ao tratar sobre a Grécia antiga, a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre homens e mulheres para a procriação dos filhos. Na Idade Média, o trabalho de mulheres era relacionado a sua idade, ou seja, as solteiras eram consideradas aptas a lavar e tecer, as mulheres ocupavam-se com as crianças pequenas e as mulheres de meia-idade cuidavam dos adolescentes e da cozinha. Na Idade Moderna, no contexto da Revolução Industrial, surge o proletariado feminino, uma vez que a maquinaria dispensava a força muscular. Os salários ínfimos constituíam uma das razões para a contratação das mulheres e crianças, representantes de uma força de trabalho dócil (NOGUEIRA, 2004).



progressivo das taxas de desemprego em massa no mundo, com tendência a se agravar cada vez mais. Esse fenômeno resulta na incidência do trabalho infantil em todo o mundo, especialmente nos países de capitalismo periférico, como o Brasil. Na realidade dos nossos dias, o trabalho infantil está associado ao fenômeno do *pauperismo*, especialmente intensificado pelas altas taxas de desemprego das pessoas adultas no campo e na cidade. Assim, os reflexos desse processo contraditório estão a incidir fortemente nas grandes massas populacionais.

Todavia, as bases materiais da manifestação do trabalho infantil no interior do processo de produção capitalista, no decorrer dos tempos, têm sua essência na lei geral de acumulação capitalista. Daí a necessidade da análise de totalidade das relações sociais de produção, sem perder de vista a complexa realidade social em que se encontra o trabalho infantil nos vários campos onde crianças e adolescentes exercem suas atividades de trabalho.

Desse modo, constatam-se, na contemporaneidade, mudanças sociais profundas na relação capital x trabalho: reestruturação produtiva, por um lado, e, por outro, o capitalismo orientado para a exploração do trabalho vivo, como o de crianças e adolescentes (ANTUNES, 2005). Nesse contexto, a pauperização do trabalhador e suas expressões, como fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, certamente passaram por significativas metamorfoses em decorrência do desenvolvimento capitalista, tornando-se marca da reprodução do capital e de seus aspectos destrutivos (MÉSZÁROS, 2002).

Há, portanto, uma nova *morfologia do trabalho* (ANTUNES, 2005), e com ela, novos desdobramento das complexas relações capital x trabalho. De forma que pelo trabalho podem ser percebidas as diferentes transversalidades, como a do labor feminino, para se analisar o trabalho infantil complexo.

Verifica-se que em todo o mundo milhares de crianças se encontram nas práticas de trabalho infantil, entretanto uma maior concentração dessa atividade está nos países periféricos, como o Brasil. Na realidade, o desemprego dos pais, a condição da mulher/mãe, a ética do trabalho e os serviços educacionais de baixa qualidade são fatores determinantes para a reprodução do trabalho infantil. Os estudos brasileiros identificam que as crianças pardas ou negras, sobretudo aquelas inseridas em famílias cuja mãe/mulher possui pouca escolaridade e é chefe da casa, têm maior probabilidade de ser inseridas no mundo do trabalho. Os dados revelam ainda que, em termos territoriais, as regiões Sul e Sudeste concentram trabalho infantil no espaço urbano-metropolitano, enquanto nas regiões Norte e Nordeste predomina o trabalho infantil na área rural (IBGE, 2006).



Ao entrevistar os “meninos da roça”, Alvim (2006, p. 216) percebeu que “todas as crianças entrevistadas dizem preferir a escola, mas ao mesmo tempo declaram que trabalham para ajudar a mãe porque têm pena dela, que também trabalha”. Os laços de solidariedade entre mãe e filhos são mais fortes, ainda que todos da família lutem por um objetivo em comum: manterem-se vivos.

No Brasil, contemporaneamente, com a legislação social a coibir essa prática, o trabalho infantil passou a concentrar-se nas atividades informais: na agricultura e pecuária, nos serviços domésticos na própria casa ou na casa de terceiros, na reciclagem de produtos, no tráfico de drogas, na exploração sexual, no comércio informal. Tal prática, nessa particularidade, se aproxima das outras regiões consideradas de Terceiro Mundo, de maior precarização do trabalho feminino.

Segundo dados do IBGE, em pesquisa correspondente ao período de 1996 a 2006, “o número de mulheres que se declararam como a pessoa de referência da família aumentou de 10,3 milhões para 18,5 milhões em todo o país. A taxa de ocupação dos filhos foi maior nas famílias chefiadas por mulheres: 44,1% contra 40,3% nas famílias chefiadas por homens” (IBGE, 2007). Se essa pesquisa mostra que as famílias monoparentais, principalmente aquelas chefiadas por mulheres<sup>5</sup>, estão mais predispostas a usar o trabalho infantil, pode-se afirmar que as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres são uma das variáveis que intensificam o trabalho precoce. Isso porque mulheres que não sabem ler nem escrever estão propensas a ter maior número de filhos e a não encontrar lugar no mundo do trabalho formal. Assim, a questão de gênero<sup>6</sup>, ou seja, a condição da mulher/mãe está intimamente relacionada à abordagem do trabalho infantil, uma vez que esse sujeito feminino cumpre “uma função mediadora primária no processo sociometabólico de reprodução dos seres humanos” (MÉSZÁROS, 2002).

Com efeito, o nível de ocupação infantil declinou nos últimos anos, conforme indica a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PENAD) 2009: “o trabalho infantil prosseguiu em queda (em 2009, 4,3 milhões de pessoas de 5 a 17 anos trabalhavam, contra 4,5 milhões em 2008 e 5,3 milhões em 2004)” (IBGE, 2010). Quanto aos dados sobre trabalho infantil em âmbito internacional, o Relatório Global da Organização Internacional do

<sup>5</sup> Para Rizzini (1999, p. 382), “nem sempre a família tem discernimento crítico suficiente para ver a atividade da criança como ‘trabalho’. Uma outra questão é que, “quando a mulher é chefe de família, sem a presença do companheiro, não há alternativa: ou os filhos trabalham para sustentar a mãe e os irmãos menores, ou um dos filhos, às vezes uma menina, com pouco mais de cinco anos, ocupa o papel da mãe em casa”.

<sup>6</sup> O relatório do UNICEF (2007) sobre a **Situação Mundial da Infância** aborda o duplo dividendo da igualdade de gênero quanto à mulher e à criança. Diz o referido relatório que mulheres saudáveis, instruídas e fortalecidas têm filhas e filhos saudáveis, educados e confiantes. Assim, comprovadamente, a influência que a mulher exerce nas decisões familiares tem impacto positivo sobre a nutrição, os cuidados com a saúde e a educação dos filhos.



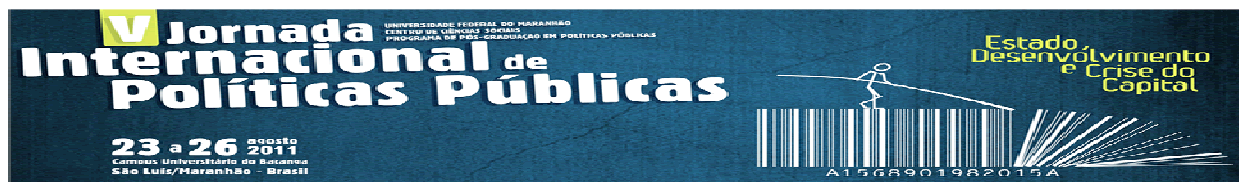
Trabalho (OIT) aponta que o trabalho infantil vem diminuindo, porém o número de crianças trabalhadoras em todo o mundo é de 215 milhões, sendo que maioria continua trabalhando na agricultura de subsistência (60 %) (OIT, 2010).

Como vimos, as estatísticas: nacional e internacional, apontam a permanência do trabalho infantil. Ainda que evidenciem a queda no índice de crianças trabalhando ao longo dos anos. Todavia, o fetiche dos dados estatísticos, não leva em conta os aspectos de ordem qualitativa como a subjetividade, a cultura, os desejos e as histórias dos sujeitos envolvidos nessa prática. Para inverter essa lógica reducionista seria necessário priorizar a análise das causalidades e repercussões dessa atividade para a história da sociedade; com base na construção de um outro *ethos* que levasse em conta a condição humana, especificamente a condição feminina para compreender os significados, encontros e desencontros dos dilemas vivenciados por crianças e adolescentes nestes tempos incertos e de desencantamento (TORRES, 1999).

#### 4 CONCLUSÃO

A partir do referencial teórico-metodológico desse estudo constata-se que há um impressionante aumento da desigualdade social e econômica, com o crescente empobrecimento dos adultos – especificamente daqueles que vivem nos países de economia periférica – pelo aumento da exploração do trabalho vivo. Nessa conjuntura há uma inclusão precoce de crianças no mundo do trabalho, particularmente nos países subdesenvolvidos, dados evidenciados pelas estatísticas atuais que revelam um alto índice de trabalho infantil no mundo.

Evidencia-se que foi a própria forma assumida pela sociedade do trabalho que produziu práticas perversas de reprodução social, como o trabalho infantil. Entretanto, somente essa questão não é suficiente para entender a complexa teia de relações sociais da qual esse fenômeno faz parte. Logo, o entendimento das mutações no mundo do trabalho nos obriga a analisar o trabalho infantil seguindo a trilha do desenvolvimento histórico-social, indo além das aparências, para perceber que no bojo de suas causas está a condição da mulher/mãe, o que coloca o desafio de compreender o trabalho infantil e os novos complexos sociais que se apresentam em curso, a partir da percepção de que a causa histórica do surgimento desse fenômeno não pode ser atingida enquanto perdurarem



as desigualdades sociais, de forma que se faz necessário reverter a condição da mulher/mãe para romper os mecanismos estruturais que geram a sua subordinação.

Desse modo, torna-se inconteste a necessidade de se investir em uma racionalidade que possibilite entender que a luta pela erradicação do trabalho infantil não prescinde da luta pela socialização da riqueza, pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Essa exigência se coloca com extrema necessidade, uma vez que se presencia a desvalorização da vida humana, ocasionada pela degradação do trabalho desde tenra idade.

## 5 REFERÊNCIAS

ALVIM, Rosilene. Trabalho Infantil: diversidade e exploração. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Coord.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 207-227.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil, 2006. IBGE: Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores Sociais, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

\_\_\_\_\_. PNAD 2009: rendimento e número de trabalhadores com carteira assinada sobem e desocupação aumenta. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1708&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708&id_pagina=1). Acesso em: 11 de setembro de 2010.

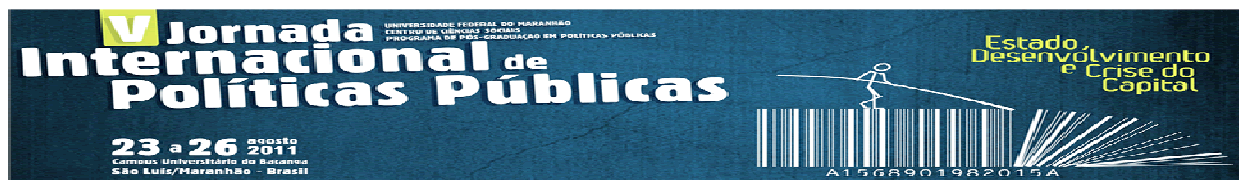
MARX, K. **O capital**. Tradução de Ronaldo Alves Schidt. 7. ed. Rio de Janeiro: LCT editora, 1980.

MÈSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Editora da UNICAMP/BOITEMPO: 2002.

NOGUEIRA, Cúdia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

OIT. Accelerating action against child labour. REPORT OF THE DIRECTOR-GENERAL Global Report under the follow-up to the ILO Declaration on Fundamental. Disponível em: <Workhttp://www.oitbrasil.org.br/topic/ipec/doc/ilo\_global\_report\_on\_child\_labour\_157.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2010.





PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social?”** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: Edufal: 2007.

RIZZINI, I. **A assistência à infância no Brasil:** uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1997.

\_\_\_\_\_. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, D. P. (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 376-405.

SCOTT, J. W. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. 2. ed. S.O.S Corpo: Recife, 1995.

SILVA, Maurício Roberto da Silva. **Trama doce-amarga:** (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica. São Paulo: Hucitec, 2003.

SPINEL, C. R. **Crianças e adolescentes no mercado de trabalho.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TORRES, Maria Adriana da S. **Moral geracional e universal: sentidos do trabalho e dos direitos para os pequenos catadores de mariscos.** 253f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

UNICEF. Situação mundial da infância. **Mulheres e crianças:** o duplo dividendo da igualdade de gênero. Brasília: UNICEF, 2007.